

# **A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) E OS “GOVERNADORES BIÔNICOS”: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA PARTIDÁRIA PARAIBANA DURANTE A DITADURA MILITAR**

## **THE NATIONAL RENEWAL ALLIANCE (ARENA) AND THE “BIONIC GOVERNORS”: AN ANALYSIS ON PARAÍBA’S PARTY POLITICS DURING THE MILITARY DICTATORSHIP**



**DMITRI DA SILVA BICHARA SOBREIRA<sup>110</sup>**

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar a forma como eram indicados pela ditadura os “governadores biônicos”, e a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) nesse processo. Os primeiros foram instrumentos de intervenção do regime militar nos estados, enquanto o segundo foi um partido político criado pela ditadura para dar sustentação política ao autoritarismo, sendo os indicados para o cargo oriundos do partido governista. Utilizando como amostra os escolhidos para governar a Paraíba em 1970, 1974 e 1978, busca-se compreender a forma como o núcleo federal da ditadura intervia e negociava com o poder local, ora impondo seus interesses, ora conciliando com lideranças arenistas. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de entender como a cultura política brasileira influenciou no funcionamento do sistema político arquitetado pela ditadura.

**Palavras-chave:** Arena; “governadores biônicos”; ditadura militar.

### **Abstract**

This article aims to analyze how the “bionic governors” were appointed by the dictatorship and the performance of the National Renewal Alliance (ARENA) in this process. The dictators were instruments of intervention by the military regime in the states, while ARENA was a political party created by the dictatorship to provide political support to Brazilian authoritarianism, with the nominees for the position coming from the ruling party. Using as a sample, those chosen to govern the state of Paraíba in 1970, 1974 and 1978, we seek to understand how the federal nucleus of the dictatorship intervened and negotiated with local power, sometimes imposing its interests, sometimes conciliating with Arenistas leaders. In this sense, it opens up the possibility of understanding how Brazilian political culture influenced the functioning of the political system designed by the dictatorship.

**Keywords:** Arena; “Bionic governors”; Brazilian military dictatorship.

---

<sup>110</sup> Doutor o em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador vinculado ao Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) da UFMG. E-mail: [dmtribichara@gmail.com](mailto:dmtribichara@gmail.com).



## Introdução

O presente artigo é uma análise sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado pela ditadura militar para dar apoio ao regime autoritário nas instituições políticas. Através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), entre os anos de 1965 e 1966, foram extintas as antigas legendas partidárias e criado um sistema bipartidário, composto pela ARENA e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual desempenharia uma oposição consentida pela ditadura<sup>111</sup>. A reorganização do sistema partidário foi um dos movimentos promovidos pelo regime para criar um sistema político que desse sustentação legal ao autoritarismo pós-1964.

Outra importante intervenção no sistema político foi a suspensão das eleições diretas para os principais cargos dos poderes Executivo federal, estadual, das capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional. Por meio do Ato Institucional nº 3 (AI-3), os governadores de Estado passaram a ser indicados de maneira indireta pela ditadura, uma supressão das liberdades democráticas e dos preceitos de autonomia do sistema federalista brasileiro. Surgia, assim, a figura do “governador biônico”<sup>112</sup>, cargo artificial, criado para garantir os poderes e os interesses do regime dentro dos estados.

A figura do “governador biônico” comumente originava-se das hostes *arenistas*, e sua escolha tinha influência direta na dinâmica interna do partido governista nos estados. Dessa forma, analisar o processo de indicação para esse cargo ajuda a compreender a relação do regime autoritário com a política local, sobretudo a forma como a ditadura interferia na organização interna da Arena nos estados.

Diante da impossibilidade de abordar o processo de escolha de todos os governadores durante a ditadura neste texto, verticalizaremos na análise das indicações para a Paraíba. Apesar de ser um pequeno estado da região Nordeste, com relativa influência no cenário político nacional, a Paraíba guarda peculiaridades que nos ajudam a entender a complexidade desse mecanismo de controle arquitetado pelo regime.

Ao longo da ditadura, foram indicados três “governadores biônicos” para a Paraíba, em 1970, 1974 e 1978<sup>113</sup>. Em cada um desses momentos, a ARENA e o governo

<sup>111</sup> Muitas são as referências sobre os partidos que compunham o bipartidarismo, entre as quais podemos destacar Grinberg (2009) sobre a ARENA, e Kinzo (1988) sobre o MDB.

<sup>112</sup> O termo “biônico” era uma referência ao seriado estado-unidense “O homem de seis bilhões de dólares”, popular no país na década de 1970. Nele o protagonista era um militar que sobrevivera a um grave acidente, e, em virtude de implantes cibernéticos, passou a trabalhar como agente especial do governo usando capacidades ampliadas em laboratório.

<sup>113</sup> Os primeiros governadores escolhidos indiretamente tomaram posse em 1966, porém a Paraíba, em virtude de seu calendário eleitoral, escolheu seu mandatário de maneira direta, em 1965. À época, as



federal procederam de maneira específica na indicação dos governadores estaduais, bem como reflete um contexto político da ditadura: 1970 como o auge do autoritarismo e crise entre o comando do regime a classe política; 1974 sendo um momento de conflitos internos dentro da ARENA; e 1978 como a última eleição indireta que escancarou a incapacidade de o regime manter seu sistema político.

A escolha dos “governadores biônicos” foi comumente motivo de conflito entre os políticos *arenistas* e o governo federal. Ou ainda, motivo de desagregação interna nos diretórios estaduais da ARENA, indicando a continuidade de conflitos preexistentes ao partido, ou frutos de novas querelas desenvolvidas internamente à legenda. Para Lúcia Grinberg (2009, p. 32), a ARENA pode ter sido inventada pela ditadura, mas seus membros não o foram, esses carregam trajetórias políticas pregressas ao partido e compartilharam motivações específicas em relação à ditadura.

Para Ginberg, é necessário tirar a ARENA de uma lógica de estudos que interpretam o partido como algo artificial, pouco representativa da política brasileira. Segundo a autora, essa lógica de “coisificação” e artificialidade da ARENA foi construída por uma cultura histórica que atinge os estudos acadêmicos. Por anos, os historiadores não tiveram interesse em trabalhar com as organizações ou indivíduos que deram apoio à ditadura de modo geral, e com a ARENA esse desinteresse é elevado a um patamar ainda maior, pelas suas características de partido governista e da imagem de adesista irrestrito do regime (Grinberg, 2009, p. 24). Esse desinteresse influenciava na compreensão de aspectos importantes que envolvia o partido, como a escolha dos governadores<sup>114</sup>.

Assim, quando buscamos compreender a escolha dos governadores durante a ditadura, visamos expor a complexidade da relação entre a ditadura e seu partido, retirando dele uma imagem simplista de artificialidade ou adesista irrestrito. Ressalve que lançar luz sobre a complexidade do partido não significa ignorar, tampouco negar, sua postura de apoio ao regime autoritário. O que se pretende é compreender certos aspectos, como os motivos que levaram a classe política apoiar a ditadura, e como esse apoio era negociado entre a ARENA e os militares.

---

eleições de governadores dividiam-se em dois blocos, em anos distintos, vindo a ser unificado o calendário eleitoral apenas na década de 1970.

<sup>114</sup> Em seu estudo sobre a ARENA, Grinberg deu mais atenção a atuação do partido no Congresso Nacional, contudo, esse tema passou a ser abordado em novos estudos sobre a partido e seus membros focados em recortes regionais. Desses trabalhos podemos destacar: Cittadino (2006), sobre o governador paraibano João Agripino; Fonteneles (2009) sobre Alberto Silva, governador piauiense; Dias (2016), sobre os partidos na Bahia durante o bipartidarismo; Sobreira (2016) e (2021), sobre a ARENA na Paraíba; Duwe (2016), sobre o governo de Colombo Machado em Santa Catarina; Oliveira (2018) e Batistella (2019) sobre o bipartidarismo no Espírito Santo e Paraná, respectivamente.



Um importante conceito que ajuda a interpretar essa relação é o da conciliação política, promovida entre a ARENA e militares e entre os próprios *arenistas*. Essa é uma das condutas que caracteriza o que Rodrigo Patto Sá Motta (2013) define como cultura política brasileira<sup>115</sup>. Para Motta, a conciliação política se caracteriza como uma tendência à flexibilidade e uma predisposição para negociar conflitos. Não se trata do estabelecimento de consensos, mas a ação de trabalhar em função de acordos políticos. Ao mesmo tempo que fornece estabilidade ao sistema político brasileiro, a conciliação política veta mudanças e rupturas drásticas no sistema político nacional, conservando seus aspectos históricos (Motta, 2013, p. 18-19).

A conciliação política se sobressai em nossa análise sobre a ARENA pelo fato de que a ditadura projetou na legenda um guarda-chuva que abrigaria todos os grupos políticos antes filiados às diversas agremiações então existentes, identificados a tendências políticas diversas, e muitas vezes historicamente rivais eleitorais nos pleitos locais. Dessa forma, a conciliação tornou-se prática constante – nem sempre bem-sucedida – entre os dirigentes do partido para manter estáveis, nas instituições representativas, os grupos políticos que historicamente disputaram o poder.

Havia entre o plano nacional e o regional um padrão de negociação, contudo não existia nela um equilíbrio de forças entre as partes. O governo federal consultava os governadores estaduais e demais lideranças partidárias para embasar suas decisões, pois não era prudente, para o funcionamento do regime, tomar decisões impositivas e unilaterais que desconsiderassem os anseios de um setor fundamental para a legitimação do autoritarismo.

---

<sup>115</sup> O conceito de cultura política está presente entre historiadores pesquisadores de outras áreas desde a década de 1960, e quem primeiro concebeu o conceito foram os cientistas políticos estado-unidenses, Almond e Verba. Influenciados pela conjuntura da Guerra Fria, sobretudo a necessidade de demonstrar superioridade por parte do modelo de democracia liberal dos Estados Unidos, elaboraram uma tipologia de classificação das culturas políticas em escala global, cujo principal viés foi a aceitação de valores liberais pelos indivíduos em uma sociedade nacional. Nela, cada país se enquadraria em um tipo de cultura política, cuja avaliação levaria em consideração o aprimoramento das instituições liberais e a percepção desses valores pelos indivíduos (Motta, 2009, p. 17). Datado no tempo, tal modelo foi criticado pelo seu caráter hierarquizador, etnocêntrico, e por adotar um modelo normativo de cidadania liberal-democrático como superior. Berstein (1998), Dutra (2002) e Kuschmir e Carneiro (1999) indicam outras interpretações do conceito elaboradas por antropólogos e historiadores, alicerçadas em torno da antropologia interpretativa, ou simbólica, baseadas em análises comportamentais; e da sociologia interpretativa, baseadas nas experiências políticas e sociais dos indivíduos. Porém, Motta (2009, p. 21) aponta que o próprio Berstein o próprio Berstein, na conclusão de seu livro “Cultures Politiques em France”, pondera uma posição menos rígida em relação ao conceito, sobretudo na perspectiva nacional: “[...] ao falar num processo de aproximação entre as culturas políticas na direção de consensos nacionais, e ao chamá-las de subculturas, implicitamente está sendo admitida a existência de uma cultura política nacional” (Motta, 2009, p. 21).



Sendo fruto de pesquisa desenvolvida para doutoramento sobre a ARENA na Paraíba, as fontes aqui analisadas serão as mesmas usadas na tese: publicações de jornais<sup>116</sup>, relatos de memória<sup>117</sup> e demais publicações sobre as eleições aqui abordadas. Tais registros históricos nos ajudaram a compreender que o processo de escolha de governadores dentro de um regime autoritário não é um mero reflexo de imposições autoritárias, mas algo que sofre influência na nossa cultura política, compartilhada pelos membros da ARENA. O sistema político organizado pela ditadura, ao mesmo tempo que limitava as possibilidades de atuação da classe política, permitia que alguns setores exercessem influências junto aos principais espaços de comando do regime.

### **Um político entre os técnicos: a escolha de Ernani Sátyro em 1970**

A escolha dos “governadores biônicos” em 1970 sofre influência direta do contexto político brasileiro após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um período de profunda desagregação e desconfiança entre os militares que comandavam o regime e a classe política, inclusive figuras da ARENA. Os atos de desobediência de setores do partido governista em relação à votação da licença para cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB) fizeram com que a ditadura promovesse severas intervenções no sistema político, entre elas o fechamento do Congresso Nacional e uma série de cassações de mandatos eletivos, que atingiram *arenistas* em diversos estados.

Essa relação abalada levou os militares a preterir figuras políticas para os cargos de governadores de Estado, priorizando profissionais técnicos ou membros das Forças Armadas. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1971, p. 125), a ideia era escolher indivíduos alheios à estrutura partidária e das relações políticas anteriores à ARENA. Essas eram consideradas pela ditadura como um mal a ser erradicado para que houvesse uma moralização da política nacional. Ao mesmo tempo que, figuras com perfil técnico ou militares, sem qualquer relação política com os grupos que integravam a ARENA, era uma forma da ditadura exercer maior controle sobre a organização interna de seu partido.

Por sua vez, Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp (2014, p. 228) consideram que a escolha de figuras com perfil técnico ajudava a ditadura a deslocar seu

---

<sup>116</sup> Os periódicos aqui abordados serão o *A União*, jornal oficial do Estado; *Correio da Paraíba*, de propriedade do deputado federal *arenista*, Teotônio Neto; *O Norte*, pertencente ao grupo de comunicação *Diários Associados*; e *O Momento*, propriedade do jornalista Jório Machado, vinculado ao grupo político do deputado federal *arenista* Antônio Mariz.

<sup>117</sup> Relatos coletados em entrevista realizadas pelo projeto História Política da Paraíba: Constituição de um acervo, parceria do Núcleo de Informação e Documentação Histórico Regional (NIDHR) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).



campo de legitimação do autoritarismo da política para a economia. Nessa lógica, o regime ratificaria seu apoio popular através de grandes obras públicas construídas pelos governos estaduais, as quais serviriam para impulsionar o desenvolvimento econômico. Para a ditadura, os governadores técnicos considerados mais capazes de promover essa modernização nos estados.

Nesse sentido, Ricardo Duwe (2016, p. 180) aponta que foram promovidas em diversos estados a chamada “intervenção anti-oligárquica”, nos quais foram afastadas a influência das oligarquias tradicionais na escolha dos novos governadores. Dos 22 indicados em 1970, nove não tinham qualquer ligação com a política partidária até então, enquanto outros tinham uma carreira política bastante insipiente, com pouca ou nenhuma gerência nas bases *arenistas* nos estados. Porém, o caso da Paraíba destoa desse perfil, haja vista que Ernani Sátyro, nome escolhido para governar o Estado em 1970, era uma figura com longeva trajetória política – a maior entre os indicados – e liderança *arenista* com fortes raízes político-partidárias<sup>118</sup>.

O responsável pela sua escolha foi o então governador João Agripino, sendo a indicação de Sátyro fruto de seu trabalho para contornar a crise entre militares e políticos. De acordo com o relato do jornalista José Soares Madruga, em 1969, diante das incertezas vividas pela classe política após o AI-5, Agripino viaja ao Rio de Janeiro visando: “[...] medir o que resta do poder civil, e dentro dessa área, qual a extensão da sua [influência], a fim de demarcá-la para seus auxiliares e correligionários, no sentido de que as balizas sejam rigorosamente respeitadas” (Madruga. Correio da Paraíba, João Pessoa, 07 de jan. de 1969, p. 3). Enquanto governador e liderança *arenista* estadual, ele sabia que não poderia rebelar-se contra o governo federal, pois afastar-se do regime representaria perda das posições políticas que lhe restavam dentro do estado.

Sua postura foi a de defender a atividade da classe política, sobretudo a dos governadores de Estado em tempos de crise de legitimidade da ARENA, sem confrontar o comando dos militares. Advogando pela reconciliação do partido com os militares, Agripino proferiu discurso em almoço oferecido em abril de 1969 pelo regime aos governadores. Dirigindo-se ao presidente, general Artur da Costa e Silva, ressaltou a importância dos governadores como seus “auxiliares”:

---

<sup>118</sup> Político cujas raízes são oriundas do coronelismo da República Velha, ocupou seu primeiro cargo político em 1932, mantendo-se atuante na política partidária desde então. Antes da ARENA, integrou os quadros da União Democrática Nacional (UDN), sendo deputado federal por seguidas legislaturas desde 1945.



Vossa Excelência é nosso comandante. E, nesta sala, estão seus auxiliares. Mas, seus auxiliares não se restringem aos Ministros de Estado. Eles se estendem até os Estados, para compreender também, os Governadores e Secretários de Estado. (A União, 09 de mar. de 1969, p. 1).

No transcorrer de seu discurso, Agripino tornou a destacar a importância da classe política para o regime, ressaltando a dependência dos militares em relação ao trabalho dos governadores:

Qualquer um de nós governadores poderá ser mais ou menos eficiente, ter maior acervo de obras a apresentar ou menor, mas nenhum de nós terá menor esforço dado à Revolução, nenhum de nós terá menor lealdade à Revolução e ao governo de Vossa Excelência pessoalmente. E esta fidelidade é o que nos une. Esta união é o que preserva o futuro do Brasil, o que importa dizer o futuro da Revolução (A União, 09 de mar. de 1969, p. 1).

Sua atuação junto aos militares, na defesa da classe política, deu-lhe respaldo para que pudesse conduzir o processo sucessório do governo estadual, afastando qualquer possibilidade de uma “intervenção anti-oligárquica” na Paraíba. Havia a possibilidade de o governo estadual ser entregue a um militar, pois os generais Aluísio Guedes Pereira e Jaime Portela foram nomes sugeridos pelo presidente nacional da ARENA, Rondon Pacheco (ARENA-MG) (Entrevista João Agripino, Acervo NIDHR, 1978 p. 279).

A possibilidade de ter um militar governando o Estado era rejeitada por Agripino, pois a Paraíba nunca fora administrada por militares. Seu temor era que, com militares instalados no poder estadual, os espaços de atuação da classe política diminuíssem. Isso afetaria seus interesses diretos, como a eleição de seus correligionários ou o atendimento de demandas particulares.

Para seu substituto, Agripino tinha predileção por um político com bom trânsito entre os militares e capaz de dar continuidade ao seu projeto de governo no estado. E Sátyro cumpria bem todos os requisitos, na concepção de Agripino: “[...] [Sátyro] tinha a mesma confiabilidade, a mesma credibilidade e o mesmo trânsito que eu tinha na área federal, e eu imaginava que ele pudesse aproveitar isso para fazer uma administração – o que eu imodestamente fiz na Paraíba” (Entrevista João Agripino, Acervo NIDHR, 1978 p. 279). A decisão pelo nome de Sátyro foi tomada após reunião entre o general Emílio Garrastazu Médici e Agripino, em julho de 1970 (A União, 09 de jul. 1970, p. 8).

Apesar de tratar-se de um político profissional, Sátyro buscou se adequar ao perfil de administrador almejado pelos militares. Em suas memórias, indica que quando assumiu o governo do Estado, identificava-se como político e administrador, dando um sentido técnico ao termo:

[...] eu seria político e administrador. Nem iria permitir que a política prejudicasse a minha administração, nem ia também permitir que o excesso de



tecnicismo prejudicasse a minha ação política. eu recebia naquele momento da Revolução um mandato realmente para essas duas coisas: para fazer a administração pública do governo da Paraíba, e para fazer a política da ARENA (Entrevista Ernani Sátyro, CPDOC-NIDHR, 1977, p. 118).

Sátyro buscou desempenhar o que Alessandra Carvalho (2008, p. 161) designou como um tipo híbrido de político: um político profissional capaz ou simplesmente intencionado a desenvolver habilidades técnicas e burocráticas para elaboração de um projeto de governo e gestão do Estado. Ou seja, o novo governador pretendia conciliar a diretriz modernizadora e tecnicista com os interesses das tradicionais elites políticas locais presentes na ARENA, fazendo com que essa modernização gerasse ganhos políticos para tais grupos e para o partido de uma forma geral.

Assim, ao mesmo tempo que promoveu uma série de obras visando a modernização paraibana, Sátyro atuou de maneira política, privilegiando antigos correligionários em detrimento de outras figuras importantes dentro de seu partido, a exemplo do próprio ex-governador João Agripino. Ao longo de seu governo, Sátyro buscou minar toda e qualquer outra liderança dentro da ARENA, contudo, ao invés de manter um partido coeso em torno de si, essa conduta criou diversas alas que entrariam em conflito na década de 1970<sup>119</sup>.

#### **A conciliação *americista*: a escolha de Ivan Bichara em 1974**

Em 1974 a ARENA era um partido dividido em diversos estados, e no meio dessa fragmentação era preciso escolher os novos “governadores biônicos”. Na Paraíba, o partido estava no auge da cisão entre as duas principais lideranças, havendo uma disputa entre o governador Ernani Sátyro e o seu antecessor, João Agripino, pelo controle da sucessão estadual. Visando contornar possíveis embates, foram promovidos movimentos conciliatórios dentro e fora do estado.

Internamente ao partido na Paraíba, buscou-se promover um acordo sob os termos do “Protocolo de Brasília”, um tratado político firmado pelas duas principais lideranças partidárias que se estenderia para os demais quadros. Sua função era orientar as decisões

---

<sup>119</sup> De acordo com Sobreira (2021), a cisão entre Sátyro e Agripino ocorreu já em 1971, quando o então governador promoveu a indicação de seu filho para alto cargo na diretoria da companhia de eletricidade da Paraíba, sendo esse sem qualquer aptidão para o cargo. Essa nomeação levou à renúncia do então presidente da companhia, aliado político de Agripino. Em 1972, Sátyro e Agripino disputaram a indicação do candidato da ARENA à prefeitura de Campina Grande, importante colégio eleitoral paraibano. Bem como, a atuação em prol de seus correligionários mais próximos levou a formação de alas rebeldes dentro da bancada *arenista* na Assembleia Legislativa estadual.





em torno das indicações, sendo os nomes do governador e vice-governador indicados em comum acordo entre Agripino e Sátyro (A União, 20 de mar 1974, p. 1).

Para o sucesso do acordo era fundamental que ambas as lideranças renunciassem a seus interesses particulares e conduzissem em conjunto os rumos do partido. O que não aconteceu, pois, enquanto o Sátyro defendia a indicação única de Ivan Bichara, o Agripino argumentava a favor da elaboração de uma lista, contendo o nome de Bichara e outros três ou quatro indicados<sup>120</sup>. Essa falta de entendimento abriu uma fissura no “Protocolo de Brasília”, a partir da qual cada liderança impulsionaria seu favorito junto ao governo federal: Bichara era o escolhido de Sátyro, e o economista e ex-secretário do Estado, Juarez Farias, era o candidato *agripinista*.

Diante do impasse, a ARENA paraibana passou a submeter-se a um movimento conciliatório exógeno, denominado “Missão Portela”. Uma excursão promovida pelo presidente nacional do partido, senador Petrônio Portela (ARENA-PI). Nela, Portela percorreu os estados para consultar lideranças *arenistas* sobre a sucessão estadual, articulando os melhores nomes dentro de cada secção para conduzir o Estado e o ARENA.

A chegada da “Missão Portela” à Paraíba conteve três etapas em seu itinerário: reunião de Portela com Sátyro e Agripino no Palácio da Redenção; audiência com deputados e senadores na Assembleia Legislativa; e, por fim, ida à casa de José Américo de Almeida, histórica liderança política do estado. Aparentemente uma visita cordial de dois antigos correligionários da UDN, o encontro entre Portela e Zé Américo guarda sua importância para o processo sucessório. Mesmo retirado da vida partidária, o ex-ministro atuava nos círculos *arenistas* locais como um consultor, um mentor, sobre assuntos político-partidários (A União, 09 de maio 1974, p. 1).

No impasse das decisões em torno da escolha do “governador biônico”, Zé Américo desempenhou um importante papel, decidindo pela escolha de Bichara para governador e do então prefeito de João Pessoa, Dorgival Terceiro Neto, como vice. Em entrevista, Zé Américo confirmou sua participação nas indicações, quando confirmou que foi consultado por Portela durante visita à sua residência:

Fui ouvido pelo senador Petrônio Portela. Quando ele passou pela Paraíba para consultar as áreas políticas, foi até minha casa e me pediu para eu dar o meu depoimento sobre a sucessão. Eu falei com isenção. Reconheci os méritos de cada candidato e não deixei de analisar a situação que se formava. (O Norte, 28 de maio 1974, p. 1).

<sup>120</sup> De acordo com os principais colonistas, João Agripino queria compor a lista com os nomes de Dorgival Terceiro Neto, prefeito de João Pessoa, Juarez Farias, economista e secretário de seu governo, e de Gilardo Martins, reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (O Norte, 16 de abr 1974, p. 5).



A interferência de Zé Américo é confirmada por relatos de políticos envolvidos no processo sucessório. As narrativas, contudo, divergem sobre as motivações que o levaram a interferir no processo sucessório. Para Agripino, a interferência de Zé Américo foi de natureza familiar, pois Bichara era casado com sua sobrinha<sup>121</sup>. Por sua vez, Bichara relata que a interferência de Zé Américo em favor do seu nome teria sido uma manobra partidária para recompor o partido.

O Ministro José Américo, teve uma participação quando foi ouvido aqui, na Paraíba, pelo Ministro Petrônio Portella, [...] e o José Américo, com muita habilidade, combinou pela solução do meu nome, sob a alegação principal de que eu tinha condições de reunir mais elementos e pacificar o próprio partido mais tarde, por ser um homem de temperamento equilibrado, sensato, não vinha para brigar, vinha para unir, para administrar, de modo que a participação de José Américo foi decisiva porque o Portella sentiu que ele estava interessado (Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 46).

A tendência pela motivação conciliatória se repete na escolha de Terceiro Neto para vice-governador, o que minimiza a versão de Agripino<sup>122</sup>. Havia interesse de Sátyro indicar outros nomes mais próximos à sua ala partidária (como o secretário Milton Vieira), vetados por Zé Américo por aparentar uma intervenção maior do governador no processo sucessório, em prol de Dorgival Terceiro Neto.

A escolha de Bichara e Terceiro Neto, portanto, surgiu como uma “solução *americista*” para as disputas internas dentro do partido, como o próprio Zé Américo declarou: “A minha maior preocupação, era que se mantivesse a paz na Paraíba, a unidade partidária, mas sobretudo que se conservasse a paz na Paraíba” (O Norte, 28 de maio 1974, p. 1). Conservar a “paz” significava manter os postos de decisões nas mãos de certos grupos da tradicional elite política local que comandava o Estado desde antes da República<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> Nessa versão, após a passagem da “missão Portela” pela Paraíba, o nome de Juarez Farias ganhava força na esfera federal junto ao general Golbery do Couto e Silva, ministro do Gabinete Civil. Sátyro, ciente da preferência por Farias, teria escrito uma carta a Zé Américo requerendo que este intervisse junto ao governo federal, sob a justificativa de que Agripino estaria difamando a família de Bichara perante o comando do regime Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHIR 1977 p. 286-287

<sup>122</sup> A versão conciliatória aparece no periódico O Momento (O Momento, 01-07 de jul 1974, p. 3) e com Correio da Paraíba (Correio da Paraíba, 27 de jun. 1974, p. 3). Porém, o próprio jornal publicara uma versão de que haveria um acordo estabelecido entre Sátyro e Agripino durante a visita de Portela, no qual o primeiro indicaria o governador e o segundo indicaria o vice-governador, o candidato ao Senado e seu suplente (Correio da Paraíba, 02 de jul. 1974, p. 1).

<sup>123</sup> Em 1974 havia uma tendência na ARENA em procurar saídas conciliatórias. Caso semelhante ao da Paraíba ocorreu no Espírito Santo, quando, dividido o partido entre as indicações do senador Eurico Rezende e José Carlos Fonseca, optou-se por um *tertius*, Elcio Álvares. A solução por uma terceira via foi apelidada de “solução Guazzelli”, por se assemelhar à forma como foi escolhido o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli. Assim, é possível apontar que a indicação dos governadores em 1974 foi marcada por acordos conciliatórios, visando unir um partido marcado pela fragmentação interna de seus quadros (Oliveira, 2018, p. 302-303).



A versão conciliatória de Zé Américo ganha respaldo na história quando olhamos para a conduta pacificadora adotada pelo novo governador<sup>124</sup>. Em visita à sede do Diretório Regional logo após sua posse, proferiu longo discurso assinalando sua intenção de unir o partido com o objetivo de obter sucessos eleitorais, mantendo o bom desenvolvimento de seu governo e alcançando demandas junto ao regime:

Estamos realmente no começo, não vou dizer de uma nova era, mas de uma nova fase na vida política da Paraíba. Venho [...] com o propósito de unir o nosso Partido, porque unidos nós valemos muito, desunidos nós não valemos o que devíamos valer para os pleitos junto aos altos poderes da República, o conhecimento de que o nosso Partido é um bloco coeso, e tem outra ressonância que não é aquele de que representamos um bloco, uma corrente, um grupo de partidários.

Sei que essa missão não é difícil como dizem. Acredito na consciência cívica de todos os senhores, de todos os nossos correligionários da Arena. E mais que isso, acredito na inteligência de nossos correligionários, porque não há nenhuma que justifique cultivar essa divisão. Se houvesse motivo de ordem moral... não há. Se houvesse um motivo de outra ordem qualquer que justificasse essa desunião, eu não estaria falando perante homens inteligentes. A verdade é que não há [...] nada que nos diga, nada que possa substituir uma coisa que deve pairar acima de nós, que são os interesses da Paraíba. E nós da Arena, nós representamos, queiram ou não nossos adversários, a Paraíba, porque somos o partido majoritário do nosso Estado...

[...] eu quero realizar a política do bom entendimento. Estou autorizado pelo presidente da República a transmitir aos senhores a sua preocupação com nosso Partido, com a fortaleza de nosso Partido, porque não sabemos o que será o dia de amanhã se não fizermos unidos e se não conseguirmos manter no nosso Estado ou nos demais Estados da Federação essa condição de Partido majoritário (A União, 05 de abr. de 1975, p. 8).

Para reorganizar o partido nos diversos estados, o regime deu preferência por figuras identificadas com perfil político, diferente da predileção pelos técnicos como ocorrera em 1970. Num horizonte de abertura do regime, os governadores selecionados pela ditadura em 1974 incorporaram mais políticos profissionais, sobretudo pela capacidade de conciliação interna nos diretórios *arenistas* nos estados<sup>125</sup>.

### **Entre a “rebeldia” e a conciliação: a disputa entre Antônio Mariz e Tarcísio Burity em 1978**

<sup>124</sup> Bichara era quase um desconhecido na política local em 1974, seu último cargo político foi o de deputado federal pelo Partido Liberal (PL), encerrado em 1962. Apelidado de “Tarde fria” pelos círculos políticos locais, transparcia personalidade serena e calma para lidar com os problemas vividos pela ARENA.

<sup>125</sup> As pesquisas sobre a ARENA nos estados têm discutido o tema do retorno de políticos para cargos públicos, caso da escolha de Jayme Canet Júnior no Paraná, indicação que trouxe de volta o prestígio político da histórica liderança estadual de Ney Braga (Batistela, 2019, p. 191-196). Ou o caso da Bahia, quando, contrapondo-se ao governador Antônio Carlos Magalhães, as lideranças de Luís Vianna Filho, Juracy Magalhães e Lomanto Júnior uniram-se em torno de Roberto Santos; este, apesar de não ter filiação partidária anterior, representaria os interesses dessas lideranças marginalizadas durante o governo de ACM (Dias, 2016, p. 211).



Apesar de toda a predisposição conciliatória de Ivan Bichara, o ano de 1978 foi marcado por profundas disputas entre políticos da ARENA, resultado do esgotamento do sistema partidário montado pela ditadura. A partir dessas divisões grupos antagonistas rivalizavam pelas indicações de candidatos aos principais pleitos diretos e indiretos.

Em dois desses estados, São Paulo e Paraíba, surgiram grupos dispostos a levar às últimas instâncias suas disputas pela indicação de candidatos pela cúpula federal do regime, apresentando candidaturas denominadas “rebeldes” nas convenções estaduais que se destinavam à homologação de candidatos aos pleitos diretos e indiretos. Consideramos esses movimentos representativos para a compreensão do estágio de degradação da ARENA, levando o regime a editar nova Lei Orgânica dos Partidos, ao final de 1979, extinguindo o bipartidarismo e determinando a criação de novas siglas<sup>126</sup>.

Na Paraíba, o movimento dito “rebelde” contestou a indicação para governador feita pelo partido e pelo governo federal, lançando a candidatura do deputado federal Antônio Mariz à revelia do que fora decidido pela cúpula do poder. Mariz foi uma personalidade política difusa dentro da ARENA, contestador de primeira ordem do golpe de 1964, chegou a ser preso pela Polícia Militar paraibana e alvo de Inquérito Policial Militar. Primo do então governador João Agripino, filiou-se a ARENA e por ela elegeu-se deputado federal em 1970 e 1974.

A viabilidade de sua candidatura ao governo estadual surgiu quando houve a reaproximação das duas principais lideranças *arenistas* na Paraíba, Agripino e Sátyro. Os dois ex-governadores se reaproximaram visando influenciar na indicação dos candidatos *arenistas*, sobrepondo-se à chefia partidária de Ivan Bichara. Para tanto, acertaram, ainda em 1977, um entendimento denominado de “Acordo de Brasília”, um acordo no qual promoviam um esquema para indicar nomes aos cargos de governador, senador biônico e senatoria direta.

Diferente do frágil “Protocolo de Brasília”, acertado pelas mesmas partes em 1974, neste novo tratado conciliatório já estavam decididos os nomes indicados: Mariz seria o governador biônico, Bichara e Sátyro candidatos à senatoria direta e indireta respectivamente. Ficou acordado ainda que nenhum deles iria, perante o governo federal,

---

<sup>126</sup> De acordo com Gaspari (2016), entre os governistas paulistas, o candidato dissidente, Paulo Maluf, derrotou Laudo Natel, candidato dos dois presidentes, Geisel e Figueiredo, na homologação para a governança estadual. Segundo Gaspari, a dissidência de Maluf, poderia ter sido barrada pelo regime, porém, o escolhido governador pela ARENA paulista era alguém representante das elites econômicas e políticas daquele estado, e ir de encontro a esse segmento social colocaria em risco o controle sobre o processo de abertura.



vetar ou obstruir qualquer um dos nomes definidos no acordo (O Norte, 09 out. 1977, p. 3). Um acerto político que não ponderou os interesses dos demais quadros partidários, inclusive o governador, que almejavam exercer a influência que lhe cabia nas decisões do processo sucessório.

Quem exerceu a função de articular os setores desprestigiados pelo “Acordo de Brasília” em torno da liderança de Bichara foi o presidente estadual da ARENA, Waldir dos Santos Lima. Este promoveu a elaboração de um documento, no qual foi exposto o apoio de seus signatários ao governador na condução do processo sucessório (Correio da Paraíba, 10 jan. 1978, p. 3). Os aliados do governador lançaram o nome do senador Milton Cabral como novo “governador biônico”, contra a candidatura *marizista*.

A disputa entre as duas pré-candidaturas de Mariz e Cabral girou em torno da influência de políticos junto à cúpula do regime militar, feita através de balanços e dossiês elaborados pelas alas da ARENA paraibana. O primeiro a ser aqui apresentado foi denominado “Balanço de Forças-Lideranças”, entregue por Bichara aos generais Geisel, Figueiredo e a Francelino Pereira (ARENA-MG), presidente nacional do partido. Elaborado pelos deputados estaduais Waldir dos Santos Lima, Evaldo Gonçalves, José Soares Madruga e pelo deputado federal Wilson Braga, o documento descrevia a situação organizacional da ARENA paraibana. Através de um levantamento de números, recortes de jornais e listas nominais de membros do partido, abordava as chances eleitorais dos pretendentes a cargos eletivos indiretos e diretos em 1978.

No quinto e sexto item de sua introdução, após descrever o “Acordo de Brasília”, é apontada a seguinte avaliação:

5. As razões da reação ao referido “acordo” para fazer o Deputado Antônio Mariz o Governado do Estado e Ernani Sátyro Senador indireto são inúmeras, a começar pelas profundas divergências e conflitos que marcaram as relações pessoais das partes envolvidas, de largo conhecimento público. O “acordo”, assim, não contribuiu para a unidade do Partido, muito ao contrário, provocou acentuada divisão pela radicalização assumida pelos seus integrantes. Esta pacificação por força de divisão de cargos e pela forma como se processou, marginalizando a ação política do Governador do Estado e de importantes forças partidárias, provocou generalizada reação no seio da Arena.

6. Assim sendo, em face da precipitação da candidatura de Mariz, a Arena paraibana está dividida em 2 blocos. O balanço de forças, conforme adiante demonstrado, espelha a verdadeira situação dos mesmos (Dossiê “Balanço de Forças-Lideranças” *apud* Machado, 1978, p. 17-18).

O que se pretendia apresentar era um consenso partidário em torno da chefia do governador e dos candidatos indicados por ele. Diante do constante problema das divisões internas na ARENA, uma liderança estadual teria mais credibilidade junto ao governo



federal se pudesse fomentar a unidade partidária. Assim, a principal forma de tirar o respaldo do “Acordo de Brasília” era demonstrar seu baixo apelo dentro do partido.

Além do dossiê com contabilização em números, Jório Machado (1978, p. 40) afirma que foram enviados aos gabinetes de Geisel e Figueiredo relatórios sobre Mariz que apelavam para uma retórica anticomunista e vinculavam-no a práticas denominadas “subversivas”. No relatório, do qual não constava discriminação de autor, associava-se a candidatura de Mariz a grupos políticos atuantes no estado no período anterior ao golpe de 1964, à liderança religiosa do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires<sup>127</sup>, importante figura na articulação dos opositores à ditadura no estado. Ao final, o relatório traça sua avaliação da figura política de Mariz, descrito como “marxista”, não ajustado aos “ideais revolucionários de 1964”, sendo:

[...] [incapaz de] integrar-se num ambiente de moralidade administrativa, de probidade cívica e de absoluta fidelidade aos princípios democráticos, incapaz de resistir às solicitações espúrias de seus antigos liderados da esquerda, que pensam em retomar ao poder, montados na cauda da tolerância que tem sido o apanágio da revolução no seu atual estágio de redemocratização nacional e de quem tem recebido apoio ostensivo, calculado e medido (Relatório Comunismo Paraíba *apud* Machado, 1978, p. 43).

Por outro lado, foi entregue aos órgãos de vigilância do regime um documento denominado “Dossiê Beirute”, no qual Cabral era acusado de estar envolvido com contrabando de mercadorias do exterior para o Brasil (O Norte, 15 de abr. 1978, p. 8). Além disso, os parlamentares favoráveis à sua candidatura eram denominados como “frotistas”, numa referência aos apoiadores do general Sylvio Frota, exonerado do governo por tramar contra o regime para promover seu nome como presidente na sucessão de Geisel. O termo denotava aos *cabralistas* uma característica conspiratória, descredibilizando sua atuação política em um período de reabertura. Os *marizistas* distribuíram panfletos criticando a postura os “frotistas” no processo sucessório, em que se afirmava:

Até que fossem frustrados os planos e aspirações políticas do ex-Ministro do Exército, Sylvio Frota, nenhuma objeção surgiu no âmbito estadual contra a possível indicação do nome de Mariz. A partir daquele período, outros candidatos à sucessão, como o deputado Wilson Braga, acompanhado de outros companheiros também frustrados e até chamados de frotistas, encenaram uma sistemática campanha contra a indicação de Mariz ao governo. A pretexto de que o Governador teria sido marginalizado no chamado Acordo de Brasília, forjaram manifestações de desagravo e de solidariedade a Ivan Bichara, com a elaboração de um manifesto que pecou por sua origem: o divisionismo. Foram solicitadas assinaturas de deputados, algumas delas com

<sup>127</sup> Arcebispo paraibano é classificado como “marxista” e aparece no documento como um dos principais articuladores do “levante” de trabalhadores rurais ocorrido em 1977 na Paraíba.



ameaças veladas ou até bem claras de que uma negativa seria o ostracismo perante o Palácio do Governo (O Momento, 09-15 de abr. 1978, p. 4).

Simultaneamente à apresentação dos dossiês, ocorreu um confronto de força entre lideranças *arenistas* estaduais e membros da cúpula do regime. De acordo com Machado (1978, p. 50), a candidatura de Mariz contava com o apoio do ministro da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, do sucessor presidencial, general Figueiredo, e do senador Francelino Pereira, presidente nacional da ARENA. Já Cabral era apoiado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, e dos generais Reynaldo de Almeida e Antônio Bandeira, próximos ao presidente Geisel.

Devido ao desgaste promovido pela campanha de desconstrução das candidaturas através de relatórios e dossiês, a decisão sobre o novo governador da Paraíba teria surgido através de um esquema articulado pelo general Reynaldo de Almeida, filho de José Américo. Esse propôs a indicação de um nome que representasse uma “terceira via”. A explicação do esquema foi dada por Agripino: “O Reinaldo, desde o começo, manifestou a dificuldade da escolha do Mariz, por achar que dividia o partido. Ele queria que fosse um tertius e nunca fugiu dessa tese” (Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHR, 1977, p. 288).

Havia, segundo Agripino, um acordo seu com Bichara para proceder a partir do esquema proposto pelo general, contudo, o governador teria se adiantado e entregue uma lista ao presidente Geisel com nomes a serem escolhidos, na qual não constavam seus indicados. Entre os nomes da lista, acabou sendo escolhido o então secretário de Educação do Estado, Tarcísio Burity<sup>128</sup>, ficando Cabral com a indicação para a senatoria indireta (Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHR, 1977, p. 288-289).

Após a indicação de seu favorito, o governador proferiu fervoroso discurso, no qual avaliou a candidatura de Mariz como “apressada” e “desconectada das bases partidárias” e apontou os seus aliados como fundamentais para a manutenção de sua autoridade e da união partidária: “Encontramos a solução. Não uma solução conciliatória só, mas um nome que, entre outros, poderia resolver o problema político do nosso partido” (Bichara *apud* Rolim, 1979, p. 18).

A solução tomada com a escolha de Burity deveria ter resolvido o processo sucessório do governo do Estado, todavia, a escolha do vice-governador que completaria

---

<sup>128</sup> Burity tinha um perfil diferente dos demais indicados à governador na Paraíba: seu primeiro cargo público fora o de secretário de Educação do governo Bichara. Advogado e professor universitário, formado pela Faculdade de Direito da Paraíba e bacharel Sociologia pela Universidade de Poitiers, na França, e doutor em Ciência Política no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, na Suíça.



a chapa endossou o movimento de contestação da liderança de Bichara como chefe da ARENA. Como articulador do esquema de apoio à liderança partidária do governador, Waldir dos Santos Lima acordara com o governador que ele completaria a chapa na vaga de vice-governador (Correio da Paraíba, 12 de maio 1978, p. 1).

Contrariando as expectativas, o escolhido para o cargo de vice-governador foi Clóvis Bezerra, indicado pelo próprio Burity, que o julgava com maior capacidade de reunir as alas divergentes no partido, conforme divulgado pela imprensa. Ao ser preterido para o cargo que considerava ser seu, Santos Lima rompeu com Bichara, publicando uma nota na qual o acusava de quebrar um acordo firmado entre eles (Correio da Paraíba, 19 de maio 1978, p. 3). Logo em seguida, Santos Lima firma aliança com o grupo aglutinado em torno da candidatura de Mariz, dando novo fôlego às pretensões *marizistas* (Correio da Paraíba, 19 de maio 1978, p. 1).

Mesmo com Burity escolhido pelo governo federal, Mariz passou a se promover como um candidato que representaria a rejeição da população ao regime e a seus representantes políticos, utilizando um discurso identificado aos anseios populares num momento de reabertura da ditadura. Falando para correligionários e simpatizantes de sua candidatura, Mariz se colocou como o “candidato do povo”, não alinhado ao que ele chamou de “donos do poder”:

Não foi a mim que eles quiseram derrotar. Eles quiseram derrotar a Paraíba. Mas esta multidão aqui reunida, diz para que o Brasil ouça, que ninguém derrota o povo o povo será sempre, afinal, vitorioso. Não quero entendimentos com os donos do poder. Prefiro e preferirei sempre ficar com o povo da Paraíba. Em toda essa peregrinação melancólica, em momento algum admiti ser o candidato dos desvãos de palácio, ou dos conluís domésticos, dos que pensam ser donos ou donatários da Paraíba. Se admiti que meu nome fosse submetido a esse colégio eleitoral singular, é porque percebia ou julguei perceber que era o povo da Paraíba, que era o meu partido, que pediam que eu governasse este Estado (Mariz *apud* Machado, 1978, p. 56).

Em campanha, Mariz visitou a Assembleia Legislativa onde apresentou sua plataforma de governo aos parlamentares. Em seu discurso defendeu a democracia, as liberdades políticas, como direito do povo se organizar politicamente e escolher seus representantes, e um projeto de desenvolvimento da Paraíba e do Nordeste (Correio da Paraíba, 27 de maio 1971, p. 1). Mostrando-se disposto a ir à convenção e disputar com Burity a homologação da indicação para o governo do Estado, sua iniciativa fortaleceu o rótulo de “rebeldes”, ou dissidentes, que já circulavam pela imprensa para denominar aqueles contrários à liderança do governador.





Para oficializarem o nome de Mariz para disputa na Convenção Estadual, era preciso o apoio e aval de Agripino, um dos fiadores da candidatura junto à cúpula do regime. Apesar do apelo popular recebido pelos *marizistas*, Agripino era resistente à ideia de Mariz lançar-se candidato na convenção, pois havia o perigo de que ele seria cassado caso insistisse na candidatura. Em reunião, o ex-governador vetou o lançamento da candidatura de Mariz, solicitando que fosse redigida uma nota expondo os motivos pelos quais Mariz retirara sua candidatura, sobretudo as ameaças de perseguições políticas (Machado, 1978, p. 66-67).

Desacatando a decisão de seu primo, Mariz cancelou a publicação da nota e informou a Agripino sua decisão de ir à Convenção. Diante da irreversibilidade, Agripino acatou o posicionamento e declarou à imprensa seu apoio à Mariz (Machado, 1978, p. 68-69). Nas primeiras edições, os jornais publicaram a declaração de Mariz no qual apresentava suas razões para disputar a indicação na Convenção Estadual da ARENA:

Decidi aceitar a convocação de expressiva parcela da Arena para concorrer na convenção do partido ao cargo de Governador do Estado.

Não me move a ambição pessoal. Quero servir à democracia, quero valorizar a Arena. Eu não seria digno do exemplo de homens públicos como João Agripino e tantos outros que honraram os mandatos populares recebidos dos paraibanos, se não aceitasse esse desafio, ou se me rendesse às ameaças divulgadas por setores oficiais do Estado.

Todos querem a democracia. Poucos se dispõem a servi-la, poucos se dispõem em conquistá-la. Quero servir a democracia (Correio da Paraíba, 02 de jun. 1978, p. 1).

No dia da Convenção Estadual, Bichara publica mensagem aos convencionais *arenistas*, convocando-os para apoiarem Burity, cobrando sua fidelidade ao presidente da República e a necessidade de manter a “disciplina” e a “lealdade” partidária, e o “respeito aos compromissos assumidos” (A União, 04 de jun. 1978, p. 1). Seguindo a mesma linha de compromisso com o governo federal Burity publica nota para os convencionais, na qual aponta a necessidade de encontrar “soluções eminentemente brasileiras para os nossos problemas brasileiros”, se referindo ao processo de abertura democrática:

Precisamos oferecer ao Presidente o respaldo político indispensável, a fim de que as aberturas institucionais se procedam de forma realística, segura e tranquila, dentro de nossas tradições mais sagradas. Vamos encontrar soluções eminentemente brasileiras para os nossos problemas brasileiros.

[...] Sigam-me os que desejam a paz, a tranquilidade e o trabalho produtivo em benefício do progresso e da grandeza da Paraíba (A União, 04 de jun. 1978, p. 1).

A construção dos discursos de ambas as partes levava à Convenção Estadual dois candidatos com propósitos e perspectivas diferentes para aquele pleito. Burity apoiava-se



na autoridade do regime e na fidelidade que a ARENA deveria manter às suas decisões, sobretudo ao seu plano de abertura; quando fala em “soluções brasileiras”, ele faz referência ao processo de abertura “lenta, gradual e segura” proposto pela ditadura. Mariz, por sua vez, propagava o discurso de candidato “rebelde” e antirregime, buscando atingir setores populares insatisfeitos com a ditadura. Contudo, era apoiado pelos generais Golbery e Figueiredo, para quem deu seu voto no colégio eleitoral que o elegeu presidente na disputa contra o general Euler Bentes, candidato de oposição ao governo Geisel. Criticava o governismo, mas almejava o poder através de uma candidatura indireta.

Durante a Convenção, as falas dos políticos envolvidos diretamente no processo sucessório apontam para esse aspecto da natureza das candidaturas. Entre os oradores, destacam-se os discursos de Burity, Mariz, Sátyro e Agripino. O candidato governista pautou sua fala aos convencionais na necessidade de união do partido em torno do projeto político do regime e do processo de abertura proposto e comandado pela ditadura:

Nós estamos numa hora bastante importante para os destinos nacionais. O sr. Presidente da República e o seu sucessor, precisam de um respaldo político precisam de uma garantia de que na verdade no momento em que nós passamos para a institucionalização de nossos ideais democráticos, que se faça com segurança e tranquilidade. Não vamos jogar à toa esta ilha de ordem, disciplina e tranquilidade que o Brasil hoje desfruta, dentro de um oceano de contradições e atos de terrorismo contra a pessoa humana, de ameaça contra interesses nacionais (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11).

Mariz enquadrava sua campanha em outra perspectiva de democracia, construindo uma narrativa de sua candidatura como alheia aos conchavos políticos que marcaram o regime ditatorial: “Ninguém me nomeou candidato. Os convencionais da Arena e o povo da Paraíba fizeram de mim, Waldir e Ernani Sátyro os candidatos do partido” (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11). Em sua fala, questionou as motivações democráticas de seus adversários:

Todos condenam os governos aristocráticos e fechados, os governos de gabinetes trancados, mantendo o povo do lado de fora. Todos reclamam da marginalidade dos políticos e do Partido. Todos se lamentam pelo esquecimento do político do interior, dos prefeitos, dos vereadores, dos convencionais, dos humildes de toda parte da Paraíba. Mas quantos levantam a bandeira do desafio para satisfazer a vontade do povo? Muito poucos. Pois, eu, Valdir e Ernani levantamos essa bandeira. Abriremos as portas da Redenção para que a Democracia se instaure em nosso meio, para que o povo e somente o povo seja capaz de comandar os seus destinos. Afinal, é o povo o senhor da sua história (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11).

Contudo, o discurso proferido por Agripino destoava do tom de defesa da democracia, negando o caráter contestatório do governo militar da candidatura de Mariz:



A divergência não é uma contestação à Revolução porque os convencionais e o povo que apoia Mariz são revolucionários e da Arena. Não é uma contestação à indicação do Presidente Geisel e do futuro presidente João Batista de Figueiredo, porque se fosse não me filiaria a ela. Não permito que eles ou quaisquer outras pessoas possam duvidar da minha fidelidade e da minha correção. Tenho compromissos com o General Figueiredo, e manterei até o fim (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11).

Opinião igualmente proferida por Sátyro, que assegurou seu lugar político ao lado dos comandantes do regime, rememorando sua atuação no golpe civil-militar de 1964 e ao longo da ditadura:

Sou um homem da Revolução. Fui um de seus modestos, mas aguerridos batalhadores. Proferi 23 discursos contra o regime que afundava o Brasil na desordem, na indisciplina e no caos.

[...] Tenho, pois, o direito irrecusável de me dirigir ao meu Partido, o Partido da Revolução, da Revolução que é minha também, por menor que tenha sido o valor da minha contribuição, para pedir o voto de meus companheiros.

Não me anima [...] qualquer propósito de contestar os altos poderes da República. Não contesto o Presidente Ernesto Geisel, nem o General João Batista de Figueiredo, nem o presidente da Arena, Deputado Francelino Pereira. A todos estes eu respeito e acato, não só pelas suas elevadas investiduras, como pelos méritos, pessoais e políticos, de que são portadores (O Norte, 06 de jun. 1978, p. 1).

Havia um desalinhamento no discurso de Mariz com seus aliados em relação à natureza da aventura dissidente, demonstrando que esse movimento não compartilhava a rebeldia ao autoritarismo, expresso pelo deputado. Sua relação com Agripino e Sátyro era uma via de mão-dupla, na qual ambos os lados se beneficiavam com o apoio mútuo, buscando permanecer em espaços de poder no estado. Mesmo que aquele movimento contestatório, de “rebeldia”, junto aos dos demais estados tenha influenciado no processo de derrocada da ditadura, seus objetivos mais sinceros eram a obtenção do poder estadual.

Os números da votação da Convenção Estadual demonstram que havia uma divisão equilibrada dentro do partido. Para o cargo de governador biônico, a chapa Burity e Clóvis Bezerra foi escolhida por 152 convencionais, enquanto a chapa Mariz e Santos Lima obteve 124 votos. Para senador biônico, Cabral, candidato governista, recebeu 162 votos contra os 111 dados à Sátyro (O Norte, 06 de jun. 1978, p. 1). Esse equilíbrio pode ser explicado pelas lideranças que apoiavam a candidatura *marizista*, o que contrabalanceava com o governismo da candidatura de seu adversário.

Avançamos rapidamente no tempo para a sessão da Assembleia Legislativa destinada a sufragar o nome de Burity. Nela compareceram 313 votantes, 285 delegados municipais e 28 deputados estaduais, 21 *arenistas* e sete oposicionistas, esses últimos se abstiveram de votar. Entre os dez deputados “rebeldes” presentes na sessão, todos votaram pela eleição indireta dos indicados, por processo de votação nominal com 306



votos (A União, 02 de set. 1978, p. 1). Ou seja, uma rebeldia ocasional movimentou os ânimos em torno de Mariz, porém, essa se dissipou na medida que o fôlego da candidatura dissidente se esgotou, levando os “rebeldes” de volta ao governismo que lhes foi conveniente ao longo de toda a ditadura.

### **Considerações Finais**

Quando olhamos para o processo de escolha dos “governadores biônicos” na Paraíba percebemos que não é possível coadunar com uma interpretação simplista de que havia um controle total por parte da ditadura dessas indicações. Apesar de se tratar de um mecanismo de controle do regime sobre a política estadual, os militares precisaram considerar uma série de fatores conjunturais dos estados. Resultou-se, assim, num jogo de negociações entre os militares no âmbito federal e os políticos no plano regional.

A dinâmica da política local era parte importante para a sustentação da ditadura, era de lá que vinham os parlamentares eleitos para o Congresso Nacional. Esses tinham seus interesses e suas pretensões políticas, que influenciavam diretamente nesse jogo de poder na escolha dos chefes dos Estados. A ARENA, nesse sentido, foi o campo principal de querelas entre os militares e a classe política ou entre seus próprios membros, que disputavam o controle do partido e, conseqüentemente, da política estadual.

Deve-se considerar ainda os momentos em que se procederam essas escolhas. Nas três eleições aqui analisadas (1970, 1974 e 1978), a ditadura, a ARENA e o sistema político de uma forma geral passavam por momentos diferentes. Do auge do autoritarismo até um momento que beirava o colapso do bipartidarismo, esses contextos tinham significativa influência na forma como se procederam a escolha dos governadores. Esta foi uma análise extraída de pesquisa sobre a ARENA, o partido do qual foram indicados esses governadores. O estudo desse processo de escolha foi parte significativa para compreender a dinâmica do partido no estado e a relação deste com o comando do regime. Porém, é preciso pensar novas pesquisas que interpretem essas interferências da ditadura no sistema federativo brasileiro.

**Data de Submissão:** 24/05/2023

**Data de Aceite:** 06/10/2023



## Referências

- BATISTELA, Alessandro. **A ditadura militar e o bipartidarismo: Gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1979)**. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
- CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas e ditadura militar: Um estudo sobre parlamentares da Arena e MDB**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado – UFRJ, 2008.
- CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: Edusc, 2006.
- DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.
- DUWE, Ricardo. **Entre técnica e tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UESC, 2016.
- FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Recife: Tese de Doutorado – UFPE, 2009.
- GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009;
- KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.
- MACHADO, Jório. **Resistência ao medo: História de uma eleição indireta para governador**. João Pessoa: O Momento, 1978.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipurcs: 2013a, p. 09-33.
- OLIVEIRA, Ueber José de. **Elites capixabas no golpe de 1964: Bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)**. Serra: Editora Milfontes, 2018.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; Earp, Fábio Sá. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 207-242.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Governadores políticos, governadores técnicos e governadores militares**. Dados. Vol. 8, 1971, p. 123-128.
- ROLIM, Francisco S. C. **Política nos currais**. João Pessoa: Ed. Acauã, 1979.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2016.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Poder local, partido político e ditadura militar**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979). Belo Horizonte: Tese de doutorado, 2021.

TEIXEIRA, Marco Antônio. **Paulo Maluf**: Ascensão e declínio de uma liderança política. Aurora: Revista de Arte, mídia e política. São Paulo: vol. 5, n. 14, 2012, p. 31-45.

